BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da (Org.). **O sagrado e o urbano**. Diversidades, manifestações e análise. São Paulo: Paulinas, 2008 (Coleção estudos da ABHR). 159 p.

João Batista Libanio*

O livro encerra série de pequenos trabalhos de autores diversos. Reúne algumas contribuições do VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, do I Simpósio de Ciências da Religião e do XIX Ciclo de Palestras e Debates do Núcleo de Estudos em Teologia realizados na PUC Minas. O título do livro não corresponde perfeitamente à diversidade das colaborações, que têm perspectivas independentes da relação entre sagrado e urbano. Difícil perceber um eixo que as une a não ser a extrinsecidade da origem de serem apresentações em simpósios que tratam da temática geral das ciências da religião.

A apresentação do livro de Flávio Senra vai além de mera introdução do livro. Faz rápido e pertinente mergulho em Max Weber, ao aprofundar o que o autor alemão chamou de “desencantamento do mundo” por obra do processo de intelectualização com o afastamento dos grupos humanos em relação à magia para dominar a natureza ou para obter favores do mundo espiritual. Persegue a tensão entre religião e mundo em Weber, ao passar pelas esferas econômica, política, ética religiosa, erótica, intelectual. Conclui que o processo de racionalização se desenvolve pelo pensamento teórico que desencanta o mundo, mas também pela própria tentativa da ética religiosa de salvação de racionalizar prática e eticamente o mundo.

Silas Guerreiro tipifica o campo religioso brasileiro em quatro grupos, ao estudar os novos movimentos religiosos. Um grupo, cujos casos específicos são a Renovação Carismática Católica e os neopentecostais, acontece no interior das grandes religiões constituídas. Outros se situam externamente a elas com forte caráter salvacionista em face do mal. Rompem com a cultura

* Doutor em Teologia (Gregoria-Roma) e professor da Faje (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia), e-mail: secteologia@faculdadejesuita.edu.br

abrangente e com a ortodoxia religiosa em busca de resgatar tradição religiosa perdida. Cita os casos de Iskcon (*The International Society for Krishna Consciousness*), Instituto Osho Brasil (*Rajneesh*), Santo Daime etc. Um terceiro grupo dentre essas religiões se associa às novas religiões orientais, iniciadas no seio das comunidades étnicas, especialmente na colônia japonesa, ampliando-se com novos adeptos, tais como Soka Gakkai, Perfect Liberty, Seicho-No-Ie. Enfim um quarto grupo, amplo e diverso, pode ser identificado com a Nova Era.

Mauro Passos apresenta interessante estudo sobre a questão do sagrado e religioso na Primeira República, quando aconteceu a separação civil entre Igreja Católica e Estado. Criou-se o Estado laico brasileiro. Estuda documentos da Igreja oficial, que relutava em aceitar tal fato como legítimo, já que a Igreja Católica reivindicava o direito (divino) de formar a consciência cristã dos povos, especialmente pela educação. Lendo os textos citados do magistério com os olhos de hoje, percebe-se a profunda mudança de mentalidade na sociedade moderna em face do ensino religioso. Tema que volta hoje sob outros aspectos.

Marcelo Camurça chama a atenção, ao basear-se em vários cientistas políticos, para a importância da liturgia do poder como forma relevante de legitimação. Cita especialmente os casos do nazismo em tempos de Hitler e o do comunismo soviético.

Leonildo Campos estuda a influência dos meios de comunicação na expansão dos evangélicos no Brasil, que passaram da evangelização oral para a escrita e terminaram na televisiva. Mostra como as Igrejas evangélicas usaram diferentemente tais recursos. Não faltam alusões também à Igreja Católica sobre o mesmo problema do uso dos meios de comunicação social.

Leila de Albuquerque vai buscar as raízes dos novos movimentos religiosos lá nos inícios da contracultura com a estética da espontaneidade da década de 1940. Esta caminhou depois para o movimento dos *beats e hippies* até chegar à nova sensibilidade religiosa. No Brasil, tal itinerário é pouco estudado.

Karina Bellotti debruça-se também sobre a temática da mídia evangélica, perguntando-se como estudá-la e por quê. Recorre ao instrumental teórico oferecido pela história cultural de origem francesa. Define mídia como produção, difusão e recepção de mensagens por diversos formatos eletrônicos, impressos e digitais. Portanto, para além dos meios e mensagens dos produtos de mídia, considera as relações entre emissores e receptores, tendo

em vista as mediações que interferem na produção, na circulação e na apropriação. As categorias analíticas usadas formam a linguagem, a identidade e a representação. No cotidiano aparece o espaço-tempo fundamental para entender a apropriação de sentidos e a reafirmação de identidades que as religiões fazem, sobretudo em face de outras. A mídia com seus produtos legitima um discurso, uma posição ideológica e moral, além de instruir os fiéis e fazer propaganda entre não-fiéis. Só pesquisando a mídia entendemos as razões de existência das mensagens evangélicas.

Sérgio Ferretti discorre sobre as religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano. Tem realizado pesquisas no campo das culturas populares e das religiões afro-brasileiras no Maranhão e estuda o campo pentecostal por interesse recente. Alude ao fato de que 60% ou mais de seus alunos na área sócio-humanística, nos últimos tempos, pertencem, de conversão recente, ao neoprotetantismo. Debate no artigo ideias que vigem na relação entre religião e raça, discutindo características das religiões afro-brasileiras e do pentecostalismo no ambiente urbano. Está aí um dos desafios contemporâneos de análise do sagrado. Aumenta o número dos participantes das religiões pentecostais e diminui o das religiões afro-brasileiras. O autor analisa a diversidade das expressões das religiões afro que se organizaram no Brasil a partir de meados do século XIX, sobretudo no mundo urbano. Descreve-lhes as características principais com concisão, clareza e pertinência. De maneira breve, faz o mesmo quanto ao pentecostalismo. Constata a relação paradoxal das religiões afro com o pentecostalismo de proximidade e de rejeição. Conclui o estudo com a afirmação de que o pentecostalismo se adaptou bem aos tempos atuais, aos fenômenos de *marketing* e ao idioma da indústria cultural.

Carlos R. J. Cury aborda o tema da laicidade e religião. Parte da conhecida constatação de que as sociedades ocidentais, a partir da modernidade, transferiram a religião do espaço do poder terreno para a figura do indivíduo. No exercício do poder distingue laicidade de secularização. A laicidade do Estado significa sua neutralidade em face das religiões, ao permitir-lhes legalmente a expressão livre, a liberdade religiosa, o caráter público dos cemitérios, o casamento civil, a possibilidade de divórcio, os registros civis de nascimento e morte etc. A secularização, por sua vez, se define como processo social do humanismo moderno, que privilegia a vontade humana na busca de soluções terrenas para os problemas terrenos, distanciando-se da visão e das normas religiosas.

Fechando o livro, Ana M. Casasanta Peixoto estuda a luta dos católicos pela escola na década de 1930. Tema que também Mauro Passos tratou noutra perspectiva e contexto mais amplo. A autora delinea a batalha entre o emergir do projeto educativo da escola pública em choque com o monopólio do ensino por parte da educação confessional no contexto do exercício de poder do Estado. Os princípios da Escola Nova se consignaram no “Manifesto dos pioneiros da educação nova” de 1932, que respondia ao desafio levantado por Getúlio Vargas de o Brasil definir um projeto educacional nacional. A autora persegue a reação de tal projeto nos rincões mineiros de aparente apatia diante da polêmica em torno da Escola Nova. De fato, havia clara afirmação da educação pública, leiga, mista, popular, obrigatória e gratuita, que soava para o clero mineiro como séria ameaça à sua imagem de educador e ao espaço conquistado penosamente. Ana Peixoto persegue a tensão entre o manifesto, que expressava o ideário do Estado, e as reações opostas a ele na imprensa mineira, que traduzia o pensar católico e que buscava os caminhos de harmonia entre ambos, bem ao estilo mineiro. O governo mineiro antecipa-se ao federal na política de colaboração com a Igreja Católica, especialmente no campo da educação.

O conjunto de trabalhos, embora díspares quanto à temática e ao tipo de abordagem, oferece reflexões esclarecedoras no jogo da religião com o Estado, com a cultura moderna e pós-moderna. Assinala a pluralidade do atual campo religioso e a enorme complexidade da problemática numa sociedade que se declarara secular na convicção de ter sepultado definitivamente a religião. Aí está ela com novas funções sociais. Cabe às ciências da religião estudar-lhes as figuras que emergem.